

Notas e informações

SARNEY. discurso

No discurso, só as metas

Não é tarefa fácil apreciar o discurso com que o presidente da República anunciou aquilo que se pode dizer constituir seu programa de governo. Quanto mais não fosse, a dificuldade radica em que não se pode estar contra aquilo que s. exa. disse, mas ao mesmo tempo não se tem condições de ajuizar até que ponto seu governo está empenhado em realizar aquelas metas, para cuja consecução não fixou caminhos. Em boa medida, pode dizer-se que, se não há decepção, o apoio que a fala presidencial vem recebendo também não configura a adesão entusiástica daqueles que desejam ver a Presidência da República restabelecida na plenitude de sua autoridade.

Um dos males das crises crônicas, como esta em que o Brasil se vem arrastando desde 1973 — para não ir mais longe —, é que as soluções propostas para elas soam como lugares-comuns; a distingui-las só pode existir então o modo de vencer as dificuldades, a distribuição dos encargos, a dose de maior liberdade ou autoridade na execução das coisas. O sr. José Sarney é consciente desse percalço e seguramente tem a certeza de que não inova ao prometer apoio à livre iniciativa, ao acenar com a liberdade, ao conceder prioridade ao Nordeste, ou ao enunciar sua opção pelos pobres — que esperamos não seja a mesma da CNBB e da Igreja do Brasil. Por isso terá preferido dar de si a imagem humana que soube transmitir na televisão e se percebe da leitura do texto distribuído à imprensa escrita, omitindo-se na apresentação da face de governante a mostrar os caminhos e a selecionar as prioridades na distribuição dos sacrifícios. Muito do que se pode ler nas entrelinhas da fala presidencial espelha a biografia do chefe de governo, especialmente sua preocupação com os valores espirituais e, dentro deles, com a cultura popular e a literatura. Não só isso, porém; a experiência de quem, governador de um Estado pobre do Nordeste, quis modernizá-lo e encontrou dificuldades muitas vezes insuperáveis para realizar seu desiderato.

Essas dificuldades, o presidente Sarney sabe muito bem, radicam no espírito clientelístico que domina os in-

termediários entre a sociedade e o Estado. Para quebrar esse espírito, s. exa. apresenta, forçoso é reconhecê-lo, uma saída. É talvez a parte mais direta de seu discurso, aquela em que chama a livre iniciativa às suas responsabilidades, dizendo ser dela a tarefa de construir o Brasil novo, que será aquele em que o empreendedor terá a recompensa dos lucros, vencendo, e a pena dos prejuízos, malogrando. E foi claro o suficiente para dizer que o governo pretende retirar-se da economia, para recuperar recursos a ser aplicados na área do desenvolvimento social e na eliminação da miséria. Depois do episódio do Sulbrasileiro, é reconfortante verificar que o presidente da República está firme em sua disposição de fazer que aqueles que transformam o empreendimento numa aventura paguem por sua afoiteza; após anos em que o Estado ocupou os espaços econômicos e sujeitou, dessa ou daquela maneira, direta ou indiretamente, a livre iniciativa, faz bem ao coração ouvir palavras de elogio à livre iniciativa e de saudação ao lucro, além da reiterada afirmação de que o governo se retirará da gestão da economia.

Na realidade, esse é o problema principal com o qual se defronta o presidente José Sarney, agora o descompasso de seu Ministério, que parece não se ter ainda afinado pelo diapasão do presidente, que não o nomeou. A teia que a intervenção estatal na economia teceu com interesses válidos e outros pouco publicáveis é de tal ordem que se torna realmente difícil desmontar o aparato tecnoburocrático que domina a produção. Não apenas ela, no entanto; se o problema se limitasse a isso, sem dúvida os empresários encontrariam forças e engenho para levar de vencida aqueles que invadiram área que nunca foi do Estado. O grave da questão — e daí a dificuldade em que se encontra o presidente Sarney — é que essa intromissão acabou maculando o Direito e a própria idéia de Autoridade. De fato, a intervenção do Estado — e no caso do Sulbrasileiro a certeza que temos disso é bem fundada — muitas vezes se dá ao arrepio, quando não contra a letra expressa da Constituição. Ora, apesar disso, o medo de alguns, o interesse de outros e a timi-

dez de quase todos impedem se bata às portas dos tribunais para reclamar o direito que a Lei Maior nos assegura.

Desses assuntos, da interligação dos interesses da oligarquia com a estatização, o presidente não falou. Traçou um programa dir-se-ia idílico de metas, sem se referir às dificuldades que irá encontrar para devolver à livre iniciativa o direito de ter lucros e amargar prejuízos; sem ter dito mais do que palavras litúrgicas a respeito dos cortes feitos e a ser aumentados nas empresas estatais. No fundo, traçou, nesse particular, um teorema de difícil solução: confia nas forças de mercado (na medida em que manifesta sua esperança na ação da empresa e no jogo dos sindicatos operários), mas não acena com providências concretas para afastar a força que desregula o mercado, que é o intervencionismo estatal.

Possivelmente — e não será difícil entender o presidente Sarney — esta seja a sua estratégia: enunciar as metas e não especificar os meios para não alertar os possíveis adversários. Se assim for, caberia, no entanto, agir com rapidez maior do que se pode entrever de sua fala. Deveria o presidente aproveitar o momento em que sua popularidade está alta para realizar as grandes transformações que o momento está a exigir. Apesar de sua ligação espiritual com o presidente Tancredo Neves, o sr. José Sarney não pode desconhecer que o seu cabedal político é diferente daquele de que se valia o falecido presidente. Cabe aproveitar agora e impor seu estilo de administração. A livre iniciativa só tem por que manifestar sua esperança e dispor-se a dar-lhe seu apoio, embora queira ver os resultados para transformar as palmas até aqui protocolares em sustentação vigorosa.

Bem pesadas as coisas, porém, a Nação também deve acostumar-se ao estilo do presidente da República, ou até mesmo fazer o esforço de descobrir qual é ele. Valha, por enquanto, a convergência de ideais: liberdade, desenvolvimento, opção cultural, soberania e independência. É pena que entre as metas não se tenha colocado, ainda que fosse em segundo plano, mas claramente, o combate à oligarquia. Então, a aproximação seria total.